

Teoria do jurista canastrão

De Machado de Assis para estudantes de direito

Conrado Hübner Mendes

Professor de Direito Constitucional na USP e diretor em Direito e Ciência Política e membro do Observatório Pesquisa, Crítica e Liberdade - ODFC

Alunas e alunos de direito que voltam às aulas nesse mês de Carnaval, vou lhes dizer coisas importantes. Sentem-se e conversem. Há infinitas carreiras jurídicas diante de vocês. Qual quer que seja a sua escolha, o meu desejo é que se façam grandes ilustres, ou pelo menos notáveis, que se levantem acima da obscuridade comum.

É de boa prática social ocupar um ofício. Nenhum me parece mais cabível que o de jurista canastrão. Ser canastrão foi o sonho da minha mocidade. Não eram, porém, as instruções de um mento, e acabou sem outra consolidação e relevo moral.

além das esperanças que deixo em vocês. Ouçam-me bem, queridos, e entendam. São jovens, têm exuberância, os imprevistos da vida não os rejeitam, mas os moderam de modo que não tenham no regime do aprumo e do compromisso. Uma vez entrado na carreira, o canastrão da Justiça deve por todo o cuidado nas ideias. O melhor será não se ter absolutamente. Nada pior do que pensar, seriamente, na Justiça, essa senhora emergentista com nossos colegas. Cultuem a validade magistral; lancem mão do valente recurso de se mesclarem

aos paratários, em que toda a poeira da solidão se dissipa. Podem empregar umas quantas figuras expressivas. Versos célebres, brocados jurídicos, é de bom aviso trazê-los para os discursos de adulação. De resto, o mesmo ofício lhes irá ensinando essa arte difícil de pensar o pensado. Não lhes falei ainda dos benefícios da promiscuidade. A promiscuidade é uma dona loureira, que devem praticar ao modo de mimos graúdos, que antes exprimem a conclusão do efeito do que o extravio e a ambição. Organizem livros de homenagem a quem possa dar um

agradado em contrapartida. Frequentem lançamentos nos tribunais de Brasília. Agitem festas no Lago Sul, convidem todos os ministros de tribunais superiores. Eles irão. Cultivem amizade com jornalistas. Mas não revelam em público quem lhes remunera. Seus interesses privados devem ser embriulados com o veludo de um conceito abstrato como democracia, e pública. Evitem sinais que induzam suspeita de conflito de interesse. O verdadeiro canastrão tem outro política. Longe de escrever um "Tratado da imparcialidade", cozinha a parcialidade em fogo baixo e a recompensa

sof a forma de jantar a quem garantir honorários para si ou para a família. É difícil, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-se a obscuridade. Mas os que triunfam! Evocem triunfos, criem-me. Comece nesse dia a sua fase de ornamento. Crie coletivos para o bem, associações pelo interesse público, núcleos de estudo. Nada disso precisa de conteúdo ou coerência, apenas a seriedade do nome. Tornem-se delicados tal como fios de algodão. Mostrem-se eventualmente cegados com eventual crítica. Se não se sujeitem a respondê-la. Desqualifiquem a pessoa do crítico, atirem-lhe alcunhas depreciativas, ameacem medida judicial à altura de sua reputação ofendida. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podem pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia espe-

cial a esses vocabulários. Ocupem a tribuna. Quanto à matéria dos discursos, escolham: ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefiram a metafísica. Um discurso de metafísica política apasxoma, chama os apurtes e as respostas. E não obrigam a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encastelado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendam nunca os limites de uma invejável vulgaridade. Somente não devem empregar a ironia, esse movimento ao conto da boca, cheio de metáforas, inventado por algum grego da decadência, replicado por cronistas desabusados. Usen antes a chulagem, a nossa boa chulagem amigável, redonda, franca, sem véus, que se mete pela cara dos outros, faz piada e sangue nas veias e arrebanha de rosos os suspensórios. Sigam o bloco de Carnaval carioca: Desligue da Justiça.

JOÃO ELIAS GASPARI, Celso Rocha de Barros | S&P: Deborah Bizarri, Camila Rocha | T&E: Joel Pinheiro da Fonseca | QU: Elia Gaspari | QUI: Conrado H. Mendes | SEX: Marcos Augusto Gonçalves | S&P: Demétrio Magnoli

Trama golpista envolvia filho de general; Clube Militar se cala

Ex-Abin Victor Carneiro é implicado por Helene em fala sobre infiltrados

César Feltoza

BRASÍLIA. Conhecido pela velocidade em emitir posicionamentos e atuar como porta-voz dos oficiais do ativo, o Clube Militar decidiu adotar o silêncio diante de investigações sobre membros da caserna. A Polícia Federal apura a participação de integrantes das Forças Armadas em planos para um golpe de Estado. Sob reserva, diretores do Clube Militar citam diferentes fatores como justificativa para manterem-se alheios mesmo diante do que entendem ser arbitrariedades do STF (Supremo Tribunal Federal) contra oficiais do Exército.

Os motivos para a postura vão desde as dúvidas que pairam sobre o impacto causado pelas mensagens do ex-ministro general Walter Braga Netto contra os chefes militares até o parentesco do presidente do Clube Militar com um ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) implicado nas investigações.

O general Sérgio Tavares Carneiro ocupa a presidência do Clube Militar. Ele é pai de Victor Carneiro, que sucedeu Alexandre Ramagem na direção da Abin — está citado pelo ex-ministro e general Augusto Heleno em um plano para infiltrar agentes do órgão nas campanhas de adversários de

Jair Bolsonaro (PL) na eleição de 2022. Sérgio formou-se na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 1975, enfileirado com os colegas Hamilton Mourão e Gonçalves Dias. Heleno era um dos instrutores dos cadetes e de Sérgio mantiveram relação com o avanço da carreira, apesar de pertencerem a armas diferentes. "Eu já conversei ontem com o Victor [Carneiro], novo diretor [judicial] da Abin, e nós vamos montar um esquema para combater o que os dois lados estão fazendo. O problema todo disso é que se vazou qualquer coisa [na frente se conhece nesse meio, se houver qualquer acusação de um lado ou do outro], eu vou falar", disse Heleno durante reunião, em julho de 2022, em gravação obtida pela PF.

Bolsonaro interrompeu Heleno e pediu que ele parasse de falar. "O general, eu peço que o senhor não fale, por favor. Não prossiga mais na tua observação aqui. Já peço que não prossiga na tua observação", afirma, dizendo que eles conversariam em particular sobre "o que porventura a Abin está fazendo".

Procurado, Sérgio Carneiro não respondeu às mensagens e desligou o telefone quando comunicado sobre o assunto da reportagem.

A Folha conversou com uma dezena de oficiais da reserva sócios do Clube Militar. Mesmo críticos à operação da PF, a maioria decidiu não comentar a investigação e seus impactos nas Forças Armadas. "Antes de falar ou tomar posição é preciso saber mais sobre o que aconteceu", disse o general Paulo Chagas. Outros pediram reserva para dizer que as acusações operadas da PF contra militares enfiavam o Comando do Exército.

Não fala circular nas redes sociais com a assinatura dos presidentes dos clubes na manhã de sexta (9). Ela dizia que os militares não poderiam mais "tolerar a atuação ilegal e ilegal do Poder Judiciário" e que oficiais-generais que se "tomaram lacaios do crime devem compreender que não vamos mais tolerar".

O comunicado circular em grupos de militares no WhatsApp gerou reação entre diretores dos clubes. "Os presidentes do Clube Naval, do Clube Militar e do Clube da Aeronáutica reiteram se tratar de uma FAKÉ NEWS", escreveram em nota oficial.

A manifestação mais crítica contra a operação foi dada pelo senador e general Hamilton Mourão (República- nos RS). No plenário do Senado, ele chegou a concluir os comandantes das For-

ças Armadas a não se omitirem contra o que chamam de "condição arbitrária de processos legais" que atingem os militares. Com a repercussão negativa, o general da reserva divulgou nota dizendo que não iria aos chefes militares a nenhuma ruptura institucional. "O senador é sempre será legalista, guiando todas as suas ações na vida pública sempre com respeito à constituição e às leis", disse sobre si.

O Clube Militar é uma associação formada por oficiais da reserva responsáveis por administrar clubes recreativos para uso de militares e familiares. Segundo sua própria apresentação, ele ainda se propõe a ser "fórum de discussões das grandes temas nacionais, buscando soluções para os problemas brasileiros por meio de conferências, comissões, painéis, pareceres e campanhas".

Como militares atípicos não podem se pronunciar sobre temas político-partidários, o Clube Militar tenta ocupar o lugar de porta-voz dos homens de farda nessas questões.

Assim como o governo Lula (PT) proibiu manifestações das Forças Armadas em comemoração ao aniversário do golpe militar de 1964, por exemplo, coube ao Clube Militar em 2023 divulgar nota em memória da ditadura.



O governador de SP Tarcísio de Freitas (Republicanos), em entrevista coletiva. Paulo Pena - 23 out. 23 / Agência Brasil

Tarcísio afirma que irá a ato com Bolsonaro após revelações de reunião

SÃO PAULO. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que irá à manifestação a favor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) marcada para o dia 25, um domingo, na avenida Paulista. "É uma manifestação pacífica a favor do [ex] presidente, e estarei ao lado dele, como sempre estive", disse à CNN. Eleito com apoio do ex-presidente, de quem foi ministro, Tarcísio cultiva uma relação de atritos e aproximações com a base de apoio bolsonarista. Assim como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), ele é frequentemente citado a se posicionar publicamente em defesa do ex-presidente pelos aliados mais próximos de Bolsonaro. Mais recentemente, o governador tem sido pressionado por bolsonaristas por interação amistosa com o presidente Lula (PT) durante evento em Santos (SP) e por não ter se manifestado publicamente em defesa do ex-presidente após a operação da Polícia Federal que mirou articulações golpistas. Bolsonaro gravou vídeo no qual chama apoiadores para o ato na Paulista. A mensagem começou a ser espalhada por seus aliados no último domingo (12).

No vídeo, Bolsonaro pede aos apoiadores que não levem faixas e cartazes contra inimigos e fala em ato de apoio ao que chama de "estado democrático de direito". "Nesse evento eu quero que eu defenda de todas as acusações que têm sido imputadas a minha pessoa nos últimos meses", afirmou.

Se processado e condenado pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito e associação criminosa, o ex-presidente poderá pagar pena de até 25 anos de prisão e ficar inelegível por mais de 10 anos. Ele ainda não foi indiciado por esses delitos, mas as suspeitas levaram a Polícia Federal a deflagrar operação que mirou seus aliados na quinta-feira (9).

O ex-presidente já foi condenado pelo TSE por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral e o alvo de diferentes outras investigações no STF (Supremo Tribunal Federal). Neste momento, ele, que tem 68 anos, está inelegível ao menos até 2030.

Ao longo de seu mandato, a principal estratégia de confronto do presidente foi a de questionar a segurança das urnas eletrônicas, sistema usado desde 1996 e considerado eficiente e confiável por autoridades e especialistas no país.

O pedido agora a apoiadores para que não levem faixas e cartazes no ato de 25 de fevereiro é estratégia para evitar a ampliação do acirramento com o STF e o ministro Alexandre de Moraes, que deve ser o principal alvo do ato e que preside inquéritos que podem gerar novas condenações.

O STF foi alvo preferencial de Bolsonaro ao longo de seu mandato. Ele usou termos como "policialista", "acabou, acabou", "lugarão com PF, ativismo e militância" em ataques que se intensificaram a partir de 2022, com a pandemia da Covid-19.

CIDADE DE SÃO PAULO
Estúdio FOLHA
Com tarifa zero, ônibus de SP podem recarregar no domingo de Carnaval com 50% a mais de usuários

Exército exonera dois alvos de operação da PF

BRASÍLIA. O Exército exonou dois oficiais de carreira de cargos de comando dos militares alvos da operação da Polícia Federal que investiga o planejamento de um golpe de Estado contra a eleição de Lula (PT).

Deixaram as funções o tenente-coronel Guilherme Marques Almeida, comandante do 1º Batalhão de Operações Psicológicas do Exército, e o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, da 9ª Companhia de Forças Especiais.

Guilherme e Hélio foram excluídos da busca na operação da PF na quinta (8). Segundo Moraes, ambos teriam atuado na "produção, divulgação e amplificação de notícias falsas e de 'estados' quanto à fuga das Forças Armadas. É o mesmo esquema de casos an-

teriores, como o de Cid. Apesar, se longo, pode criar distorções na carreira dos investigados e possibilitar promovações de suspeitos para altas patentes. Hélio e Guilherme se formaram na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) junto com Cid, em 2000. Os três concorrem à promoção para coronel em abril.

O Exército, enquanto instituição que prima pela legalidade e pela harmonia entre os demais setores da República, vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas. As providências, quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas e as regras do ato assessorado, disse o Exército, em nota. CF

teriores, como o de Cid. Apesar, se longo, pode criar distorções na carreira dos investigados e possibilitar promovações de suspeitos para altas patentes. Hélio e Guilherme se formaram na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) junto com Cid, em 2000. Os três concorrem à promoção para coronel em abril.

O Exército, enquanto instituição que prima pela legalidade e pela harmonia entre os demais setores da República, vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas. As providências, quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas e as regras do ato assessorado, disse o Exército, em nota. CF